

HONORÁRIOS DE ADVOGADO

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONCUBINATO — FILHO - NECESSIDADE DO ALIMENTANDO - POSSIBILIDADE DO ALIMENTANTE

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ...ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ... e ..., (qualificação), representados neste ato por sua mãe ..., (qualificação), portadora da Cédula de Identidade/RG sob o nº ..., inscrita no CPF/MF sob o nº ..., residente e domiciliada na Cidade de..., no Estado do ..., na Rua ... nº ..., vêm mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência por intermédio de seu procurador judicial, conforme procuração anexa, atendendo na Rua ... nº ..., onde recebe intimações e notificações, com base no Código Civil e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie propor a presente: AÇÃO DE ALIMENTOS contra: ..., (qualificação) portador da Cédula de Identidade/RG sob o nº ..., inscrita no CPF/MF sob o nº ..., situada na Rua ... nº ..., pelos motivos que se seguem: I - A mãe dos Requerentes conviveu com o Requerido durante aproximadamente cinco anos, ou seja, do ano de ... a ... II - Que desta união nasceram os Requerentes ... e ... em data de ... e ... respectivamente, conforme verifica-se das Certidões de Nascimento em anexo. III - A sociedade de fato foi rompida por culpa exclusiva do Requerido pelo motivo de que este veio a abandonar o lar por motivos que a mãe dos Requerentes desconhece, como consequência vem a dar brigas constantes quando se encontravam, comprovando-se assim a impossibilidade da vida em comum. IV - A mãe dos Requerentes não está em condições de suportar sozinha os encargos alimentares por ser doméstica e atualmente não ter emprego fixo. Inclusive foi obrigada a entregar um deles, qual seja o ... aos cuidados de sua mãe, mas mesmo esta não tem condições de sustentá-lo. V - O Requerido trabalha na ..., como ..., e também como autônomo, auferindo destes serviços, um salário de aproximadamente R\$... por mês, valor este suficiente para prestar alimentos a seus filhos, cumprindo, desta forma, com seu dever de pai. ISTO POSTO, requer-se a Vossa Excelência: a) o benefício da justiça gratuita por não ter, a Requerente, condições de arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, conforme prova documento em anexo; b) intimação do representante do Ministério Público para que atue no feito; c) fixar os alimentos provisionais na base de 1/3 dos rendimentos do Requerido em favor dos Requerentes representados por sua mãe com a expedição de ofício a firma empregadora, antes aludida, para que promova o desconto em folha de pagamento do Requerido; d) citação do Requerido no endereço acima citado, para que querendo, responda aos termos da presente ação, sob pena de revelia; e) ouvidas as testemunhas, que serão adiante arroladas, que comparecerão independente de intimação. Protesta-se por todas as provas em direito admitidas; f) julgar procedente a presente ação, para condenar o Requerido ao pagamento de uma prestação alimentícia na base de 1/3 dos seus vencimentos, em favor de seus filhos, corrigida semestralmente pelo INPC, bem como, as custas processuais e honorários advocatícios e demais cominações legais. Dá-se à causa o valor de R\$... (...), para efeitos meramente fiscais. Nestes termos, Pede deferimento. ..., ... de ... de ... Advogado